

COMUNICADO DO SINTUSP

A propósito da “Interpelação feita pelo Ministério Público” à Universidade, em razão do pagamento dos dias da greve realizada na data-base/2010.

A suposta motivação de tal interpelação teria sido uma denúncia anônima encaminhada ao MP, mas obviamente não se trata de denúncia anônima. Logo após a assinatura do acordo de fim de greve, que assegurou o pagamento dos dias parados, o assunto foi amplamente divulgado e comentado em todos os jornais, revistas e demais veículos de comunicação no país inteiro. Ora, o Ministério Público (MP) não está sediado em nenhum planeta distante. O natural, portanto, seria que a referida interpelação surgisse assim que a sociedade e o próprio MP tomassem conhecimento dos fatos, através da imprensa. Entretanto, a interpelação apareceu só agora, quase dez meses depois da greve e quando faltam apenas 47 dias para a próxima data-base, momento em que o sindicato e os trabalhadores da USP começam a se preparar para entrar em luta pela reintegração de mais de duzentos funcionários demitidos ilegalmente, por suas reivindicações na carreira, pela recuperação de suas perdas salariais, pela política de permanência estudantil e pela democratização da universidade.

É mais do que óbvio, que a denúncia supostamente anônima foi coisa do próprio Rodas ou de alguém a mando dele.

Trata-se de mais uma medida terrorista desse interventor contra os funcionários da USP e seu legítimo e constitucional direito de greve. Ele, Rodas, espera com essa medida avançar nas suas ações repressivas contra os funcionários da USP, assim como nas suas práticas antissindicais e antigreve sem responder por isso e remetendo a responsabilidade ao MP.

Se não, o que explicaria o fato de o MP interpelar a universidade apenas sobre o pagamento dos dias da greve, se é de conhecimento de todos a existência de centenas de professores, principalmente aliados do Rodas, que se apropriam de recursos humanos, materiais e financeiros da universidade para dar vida às dezenas de fundações de direito privado que servem principalmente ao enriquecimento dos referidos professores que ganham milhões por ano operando suas fundações/empresas particulares; ou os escândalos semelhantes ao pagamento de mais de cinquenta mil reais a título de horas extras para apenas três funcionárias, a dilapidação do acervo da biblioteca da Faculdade de Direito ou ainda o atual

aluguel desnecessário de vários imóveis a custo de mais dissipação do erário público.

Um outro fato, além desses, atesta o caráter covarde de mais esse ataque do Rodas à democracia e ao direito de greve: O Rodas tentou por todos os meios descontar aqueles dias, mas a determinação dos trabalhadores e a resistência do movimento obrigou-o a assinar um acordo e a pagar os dias. Agora, de acordo com o “USP Destaque”, o “magnífico” interventor está tentando jogar as eventuais responsabilidades sobre as costas dos diretores de unidades, que só fizeram cumprir as determinações da administração central da universidade, ou seja, do próprio Rodas. Eis até onde as levandades perpetradas por um único indivíduo podem levar esta universidade.

Se não foi o próprio Rodas que articulou a interpelação, o que explicaria o fato de só agora, sob a “ingestão” desse interventor imposto pelo Serra e o PSDB, a universidade sofrer esse tipo de interpelação, quando, antes dele, os reitores Goldemberg, Fava, Marcovitch, Melfi e a reitora Sueli Villela, além de governadores como Orestes Quércia e Franco Montoro, pagaram dias de greve aos funcionários e professores das universidades e a todo o funcionalismo do Estado sem terem sido interpelados pelo MP? Por que justamente o reitor mais bem relacionado com o poder judiciário seria interpelado por um ato que também foi praticado por muitos antes dele, sem que o referido poder os interpelasse?

Com base nessas considerações, o sindicato chama os trabalhadores e trabalhadoras da USP a repudiar mais esse ato terrorista do Rodas e não se deixarem intimidar, pois isso nos levaria a entrar no jogo do Rodas, do Alckmin e do PSDB, que com essa interpelação tentam trazer de volta o regime político da Ditadura Militar, atacando o direito de greve de todo o funcionalismo público do país. Quanto às possíveis implicações legais em torno da questão, o sindicato segue convicto da justeza do parecer elaborado pelo Professor do Departamento de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da USP e Juiz do Trabalho Jorge Souto Maior a respeito da inconstitucionalidade do eventual desconto dos dias de greve, que foi aprovado por unanimidade pela Congregação da Faculdade de Direito. (disponível no site do

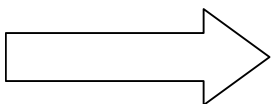
ELEIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR DE BASE DO SINTUSP

Nos dias 29 e 30 de março deverá ocorrer a eleição pra o CDB/ Sintusp. As inscrições poderão ser feitas até o dia 25/03. Participe!

DIA 24 DE MARÇO: PARALISAÇÃO E CARAVANA À ALESP

CSP-Conlutas solicita
Audiência com o reitor
Rodas

A Central Sindical e Popular, a qual o Sintusp é filiado, solicitou audiência com o reitor Rodas para que ele esclareça os motivos que o levaram a demitir 270 trabalhadores.



CSP-Conlutas
Central Sindical e Popular

São Paulo, 16 de Março de 2011
Ofício nº 014/2011

Vossa Magnificência o Senhor João Grandino Rodas

Reitor da Universidade de São Paulo

Nesta

A CSP-CONLUTAS, Central Sindical e Popular, entidade da classe trabalhadora a qual o SINTUSP, o ANDES - Sindicato Nacional e a ANEL são filiados, vem mui respeitosamente solicitar audiência com Vossa Magnificência para tratar de assuntos relativos à Universidade, especialmente, os vinculados às condições dos trabalhadores e a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, em horário e data que melhor for conveniente para Vossa Senhoria, ressaltando apenas a urgência do tema e a necessidade de a referida possa se dar o mais breve possível, preferencialmente antes de 24 de março de 2011.

Certos de conta com Vossa atenção, agradecemos antecipadamente e aguardamos retorno.

Dirceu Travesso

Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS

CSP-Conlutas
Central Sindical e Popular
Rua Boa Vista, 76 - 12º andar CEP: 01014-000 - Centro - São Paulo/SP
Telefone (11) 3107-7984 ou 3107-4450
CNPJ 07.887.926/0001-90

E a situação dos companheiros da EEL (antiga Faenquil)?!
REINTEGRAÇÃO DE BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede - Fernando Legaspe (Fernandão) - Av. Profº Luciano Gualberto, travessa J, 374 - C. Universitária - Butantã - Capital/SP - CEP 05508-010
Telefones: 3091-4380, 4381, - Fax: 3814-5789 - Site: www.sintusp.org.br - E-mail: sintusp@sintusp.org.br